



AS ESCRIVIVÊNCIAS DE JUREMA BATISTA: PROTAGONISMO E
INTERSECCIONALIDADE DE GÊNERO E RAÇA

THE REGISTRIES OF JUREMA BATISTA: PROTAGONISM AND
INTERSECTIONALITY OF GENDER AND RACE

Maria Angélica Zubaran

Universidade Luterana do Brasil
angeliczubaran@yahoo.com.br

Denise Bock de Andrade

E.E.E F. Santo Antônio Maria Claret
denisebock87@gmail.com

RESUMO

Este estudo analisa as escrituras de Jurema Batista, mulher negra de comunidade, na obra *Sem passar pela vida em branco: memórias de uma guerreira*, produzida em coautoria com Miria Ribeiro e publicada pela Editora Pallas em 2011. O objetivo central deste estudo é analisar as representações racializadas e a intersecção de gênero e raça ao longo das narrativas dessa obra. A análise adota a perspectiva teórica dos Estudos Culturais em Educação e apropria-se de alguns conceitos como representação, identidade e interseccionalidade de gênero e raça. As escrituras de Jurema Batista revelam opressões interseccionais de gênero e de raça que se entrecruzam na construção de sua identidade de mulher negra de comunidade e um protagonismo contínuo na contestação às representações racializadas e na luta pelos direitos sociais da comunidade do Andaraí (RJ).

Palavras-chave: mulher negra; identidade; protagonismo; interseccionalidade de gênero e raça

ABSTRACT

This study analyzes the narratives of Jurema Batista, a black woman from the community, in her work *Without going through life in white: memories of a warrior*, produced in co-authorship with Miria Ribeiro and published by Editora Pallas in 2011. The main objective of this study is to analyze the racialized representations and the intersection of gender and race throughout the narratives of this work. The analysis adopts the theoretical perspective of Cultural Studies in Education and appropriates some concepts such as representation, identity and intersectionality of gender and race. Jurema Batista's narratives reveal intersectional oppression of gender and race that intertwine in the construction of her identity as a black woman from the community and a continuous role in contesting racialized representations and in the struggle for social rights of the Andaraí community (RJ).

Keywords: black woman; identity; protagonism; intersectionality of gender and race

1. Introdução

Este estudo analisa, discute e problematiza as narrativas autobiográficas de Jurema Batista, mulher negra, moradora da comunidade do Andaraí no RJ, na obra *Sem passar pela vida em branco: memórias de uma guerreira*, produzida em coautoria com Miria Ribeiro e publicada pela Editora Pallas em 2011. O objetivo central deste estudo é analisar sua contestação às representações racializadas e a interseccionalidade de gênero e raça nas suas narrativas autobiográficas.

Para o pesquisador Philippe Lejeune, fundador da Associação para a Autobiografia e Patrimônio Autobiográficos (1993), definir o gênero autobiográfico é central para as pesquisas que se dedicam ao tema. De acordo com Lejeune, as narrativas autobiográficas são “narrativas retrospectivas em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade” (LEJEUNE, 2014: p. 16). Segundo o autor, “todo homem traz em si uma espécie de rascunho, perpetuamente remanejado, da narrativa de sua vida” (LEJEUNE, 2014: p. 78). Segundo ele “a palavra autobiografia vem sofrendo a concorrência de algumas expressões mais abrangentes, mas flexíveis” como “relatos de vida” [...] “escritas do eu”, [...] “escrita de si” (LEJEUNE, 2014: p. 95). Nesta direção, Ana Amélia Barros Coelho Pace (2012) argumenta que “a autobiografia como gênero faz parte de uma rede de outras produções, em relação às quais conserva pontos em comum, tais como: autorretratos, memórias, biografias, confissões, ensaios, diários poemas e romances autobiográficos” (COELHO, 2012: p. 51). A autora salienta o aspecto fluído das narrativas autobiográficas que também se aproximam de outros gêneros literários de escrita de si.

Vale destacar ainda, que o conceito de *escrevivências*, elaborado por Conceição Evaristo, em sua obra *Becos da Memória*, propicia um entendimento mais singular e específico das narrativas autobiográficas de Jurema Batista na medida em que conforme salienta contempla as vivências das mulheres negras, suas experiências e as de suas famílias. Nesse sentido, a autora revela que “escrever *Becos* foi perseguir uma escrevivência, que buscou a narração que antecede à escrita, a voz, a fala de quem conta, para juntar-se à minha” (EVARISTO, 2017: p. 11). Segundo Evaristo, “na origem da minha escrita, ouço os gritos, os chamados das vizinhas debruçadas sobre as janelas ou nos vãos das portas, contando em voz alta uma para as outras, as

suas mazelas, assim como as suas alegrias” e acrescenta “o meu corpo por inteiro recebia palavras, sons, murmúrios, vozes entrecortadas de gozo ou dor dependendo do enredo das histórias” (EVARISTO, 2007: p. 19).

Conforme Evaristo, “pode-se dizer que a escrita das mulheres negras, para além de um sentido estético, busca semantizar outro movimento, que abriga todas as suas lutas”. Conforme a autora é “da condição feminina e negra, que nasce a inspiração para os meus textos” (EVARISTO, 2007: p. 54) e conclui: “a nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para “ninar os da casa-grande e sim para incomodá-los em seus sonos injustos (EVARISTO, 2007: p. 21). Portanto, analisar as narrativas autobiográficas de Jurema Batista, contemplando o conceito de escrevivências torna-se uma ferramenta teórica adequada para analisar essas narrativas na perspectiva das mulheres negras. É neste sentido, que o conceito de escrevivências assume centralidade na análise das narrativas autobiográficas de Jurema, que nesta obra narra suas vivências e experiências evocando falas e mazelas de seus familiares, amigos e conhecidos da comunidade do Andaraí, no Rio de Janeiro.

No prólogo da obra, redigido por Evaristo, ela afirma que: “a pessoa que fala no texto é Jurema Batista”, mulher negra, mãe de três filhas, moradora da comunidade do Andaraí, no Rio de Janeiro, graduada em Letras, eleita três vezes vereadora pelo Partido dos Trabalhadores em 1992, 1996, 2000 e eleita deputada estadual em 2002. Nesta perspectiva, destaca-se a importância do lugar de fala de Jurema Batista como mulher negra em suas narrativas autobiográficas. Segundo Djamila Ribeiro (2017: p. 61), refletir sobre o lugar de fala é pensar criticamente sobre os lugares que determinados sujeitos ocupam dentro da sociedade, pois “saber o lugar de onde falamos é fundamental para pensarmos as hierarquias, as questões de desigualdade, pobreza, racismo, sexismo” (RIBEIRO, 2017: p. 84).

Para pensar as identidades de mulheres negras é importante também uma breve reflexão sobre o conceito de identidade e sua articulação com a diáspora afro-atlântica. Na perspectiva dos Estudos Culturais, Stuart Hall argumenta que o conceito de identidade é “estratégico e posicional” e “não tem como referência um eu que permanece sempre o mesmo, “idêntico a si mesmo ao longo do tempo”, ao contrário, para o autor a identidade é entendida em permanente deslocamento e depende da diferença para sua construção. Neste sentido, Tomaz Tadeu da Silva (2000) salienta que identidade e diferença formam uma relação de dependência, de modo que, “as afirmações sobre diferença só fazem sentido se compreendidas

em sua relação com as afirmações sobre a identidade” (SILVA, 2000: p. 75) e que ambas são “criaturas da linguagem”, “resultados de atos de criação linguística” (SILVA, 2000: p. 76) e, portanto, não são fixas, mas construções móveis e temporárias.

Por outro lado, refletindo-se sobre o conceito de diáspora afro-atlântica, pode-se indagar se a literatura de Jurema Batista pode ser entendida como parte das múltiplas formas da cultura negro-diaspórica do chamado Atlântico Negro, conforme definido na obra de Paul Gilroy (2001). Também Hall destacou os processos de hibridização de ideias que se processaram e ainda se processam na diáspora africana no Atlântico Negro.

Nesta perspectiva, Zubaran, Wortmann e Kirchof (2016) apropriam-se de Hall para nos convocar a livrar-nos dos essencialismos culturais e “dirigirmos nossa atenção criativa para a diversidade e não para a homogeneidade da experiência negra” (HALL, 2003: p. 347). Para Hall, a perspectiva que enxerga as identidades negras como as “tradições deles versus as nossas”, mutuamente excludentes, autônomas e autossuficientes, é incapaz de compreender as formas híbridas da estética diaspórica. Parece-nos que as posições de Gilroy e Hall sobre a cultura negra-diaspórica podem contribuir para pensarmos as narrativas autobiográficas de Jurema Batista de forma mais ampla, como fazendo parte das tradições literárias da diáspora afro-atlântica em diálogo com as narrativas afro-americanas e afro-hispânicas.

Também é fundamental neste estudo discutir-se o conceito de interseccionalidade de gênero e raça, partindo-se, inicialmente, da problematização das categorias gênero e raça. Na perspectiva dos Estudos Culturais, gênero e raça são marcadores sociais e culturais, que não possuem significados naturais e intrínsecos, mas contingentes e históricos, que contribuem na construção de subjetividades e identidades.

Discutindo o conceito de gênero, Guacira Louro (2007) afirma que o conceito de gênero surgiu para desestabilizar e questionar “verdades”, que não são biológicas, mas inventadas e sustentadas por meio de discursos e representações que circulam na cultura e que vão sendo inscritos e naturalizados nos corpos como verdades biológicas. Louro (2001) enfatiza também as formas de resistência e críticas que surgiram, por exemplo, no âmbito do movimento feminista, que inicialmente representava preferencialmente as mulheres brancas, heterossexuais e de classe média e que não contemplavam as mulheres negras e as mulheres lésbicas. Essas críticas resultaram na ampliação dos debates sobre a diferença, sobre ser homem e ser mulher, sobre ser branca, ser negra, ser hetero e ser homossexual. Conforme a autora,

essas diversas categorias contemplam uma pluralidade de possibilidades, uma vez que “não se constituem, apenas, por suas identidades de gênero, mas também por suas identidades de classe, de raça, de sexualidade, nacionalidade, idade”. Portanto, homens e mulheres são, ao mesmo tempo, muitas ‘coisas’ (LOURO, 2001: p. 86).

Quanto ao conceito de raça, de acordo com as teorizações de Stuart Hall (2003) “a categoria de raça é uma construção política e social”, “uma categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão”, que tenta justificar as desigualdades em termos de distinções genéticas e biológicas, transformando diferença racial em um “fato fixo e científico” (HALL, 2003: p. 69).

Também Dagmar Meyer (2001) afirma que “os significados e efeitos das categorias - gênero e raça - não estão definidos a priori”. A autora afirma que essas categorias são formuladas “através e a partir de processos de conquista” (...) constituindo formas variadas de legitimar as práticas de inclusão, exclusão e privilégios baseando-se na suposta diferença biológica e fisionômica (MEYER, 2001: p. 71). Dagmar Meyer (2001) argumenta ainda, que o conceito de raça está relacionado à produção de sentidos e critérios de pertencimento e se constitui como um importante processo de construção de fronteiras, que aproximam, separam e diferenciam grupos entre si, de forma a posicioná-los hierarquicamente, incluindo-os ou excluindo-os do acesso a privilégios simbólicos e materiais.

Nesta perspectiva, vale ressaltar que, tanto os Estudos Culturais, como os Estudos Feministas e os Estudos Étnico-Raciais, têm defendido a articulação de múltiplas categorias para compreender os processos de construção de identidades, bem como, dos sistemas de representação de diferentes grupos sociais. É nesta direção, que o conceito de interseccionalidade das categorias de gênero e raça, tem sido acionado para se pensar a construção das identidades de mulheres negras, considerando suas especificidades e múltiplas esferas de opressão, que atuam simultaneamente, como se pretende demonstrar neste estudo das narrativas autobiográficas de Jurema Batista.

No cenário internacional, destaca-se, inicialmente, a produção de Angela Davis, que, de forma pioneira, problematizou gênero, raça e classe consideradas categorias estruturais e indissociáveis na construção das identidades das mulheres negras. De acordo com Djamila Ribeiro (2016), “Em *Mulheres, Raça e Classe*, Davis enfatiza a importância de se utilizar outros

parâmetros para a feminilidade e denuncia o racismo existente no movimento feminista, além de fazer uma análise anticapitalista, antirracista e antissexista” (RIBEIRO, 2016: p.100).

Por outro lado, Heloisa Buarque de Hollanda (2019), destaca o pioneirismo de Kimberlé Crenshaw, advogada, professora da Universidade da Califórnia de Los Angeles (UCLA) e fundadora do centro de estudos em interseccionalidade e políticas sociais da Universidade de Columbia. Crenshaw introduziu no Direito a teoria interseccional, ou seja, “o estudo de como a sobreposição ou a intersecção de identidades sociais, particularmente das identidades minoritárias, são diretamente relacionadas aos sistemas e estruturas da dominação e da discriminação” (HOLLANDA, 2019: p. 15). Crenshaw argumenta que “a interseccionalidade é uma abordagem metodológica que possibilita aos sujeitos cognoscentes analisarem as várias realidades existentes entre os grupos historicamente excluídos” (CRENSHAW Apud PACHECO, NOGUEIRA, 2016: p. 90). Nesse sentido, a interseccionalidade surge em meio ao cenário contemporâneo internacional apontando a importância de novas abordagens sobre a construção das identidades de mulheres negras.

No cenário nacional, vale destacar o pioneirismo de Lélia Gonzalez (1935-1994), que nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais e diplomou-se em História, Geografia e Filosofia na Universidade da Guanabara, atual Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Tornou-se professora secundária e posteriormente seguiu a carreira docente de terceiro grau, ocupando cadeiras em importantes estabelecimentos de ensino superior fluminenses, a exemplo da Pontifícia Universidade Católica e Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Importa destacar, segundo Flávia Rios e Alex Ratts, que Lélia Gonzalez antecipou algumas abordagens que posteriormente se denominaram de interseccionais, associando o racismo, o sexismo e classe. Conforme Rios e Ratts (2018: p. 9), Lélia Gonzalez é uma das precursoras na elaboração do conceito de interseccionalidade, trabalhando esta proposição a partir de três planos: “entre as categorias de análise (raça, sexo e classe, entre outras), os fenômenos sociais de opressão e discriminação (racismo, sexismo e segregação) e na articulação entre movimentos sociais (negro, feminista e homossexual)”. O engajamento político de Lélia Gonzalez ganhou forças entre o fim das décadas de 70 e 80, período em que esteve no interior do movimento negro.

Recentemente, Carla Akotirene (2018) destaca que “a interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural entre racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado”, entendidos como causadores de “avenidas identitárias”, onde se

encontram, muitas vezes, mulheres negras “atingidas pelo cruzamento de gênero, raça e classe (AKOTIRENE, 2018: p.14). Neste sentido, a interseccionalidade contribui para reconhecermos que não existe hierarquia de opressão, não sendo possível centralizar as lutas contra o racismo ou contra o sexismo e de lutar apenas contra uma dessas formas de opressão. Neste sentido, Akotirene, contribui para pensar sobre o cruzamento entre racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado¹, que posicionam mulheres negras como os grupos mais vulneráveis. De acordo com Akotirene, as diferenças entre as mulheres negras e as mulheres brancas são gritantes; daí a importância do pensamento feminista negro.

2. Discutindo a contestação de representações racializadas e a interseccionalidade de raça e gênero nas escrituras de Jurema Batista

Antes de discorrermos sobre as narrativas autobiográficas de Jurema Batista é necessário contextualizar, ainda que brevemente, nosso entendimento sobre o conceito de representações e, particularmente, de representações racializadas.

É a partir de Stuart Hall, uma das figuras mais proeminentes do Centro de Estudos Culturais, que se entende as representações como significados compartilhados que atribuímos às nossas experiências e que nos constituem enquanto sujeitos. Em outros termos, as representações estão na base da construção das nossas identidades. Por outro lado, em seu texto *The Spectacle of the Other* (*O espetáculo do outro*), que tem sido reconhecido como fundamental para o entendimento das relações étnico-raciais e das políticas identitárias negras. Hall discute as representações estereotipadas do “Outro” em diferentes momentos da história. Neste texto, Hall destaca que os significados culturais produzidos pelas representações não são fixos e que as representações racializadas, estereotipadas, podem ser deslocadas, contestadas e subvertidas, através de estratégias representacionais, que podem tanto reverter como substituir as representações negativas por representações positivas do Outro negro (a).

Também Patricia Hill Collins (2019) discute as representações racializadas e seus impactos na construção das identidades negras. Em seu recente estudo *O Pensamento Negro Feminista*, Patricia Hill Collins argumenta que a chamada Era da Escravidão estimulou a criação

¹ É um sistema sociopolítico, no qual a heterossexualidade cisgênero masculina tem supremacia sobre as demais formas de identidade de gênero e sobre as outras orientações sexuais.

de várias imagens de controle, interrelacionadas e socialmente construídas, que refletiam o interesse do grupo dominante em manter a subordinação das mulheres negras e “traçadas para fazer com que o racismo, o sexismo, a pobreza e outras formas de injustiça social parecessem naturais, normais e inevitáveis na vida cotidiana” (COLLINS, 2019: p. 136). Nesta perspectiva, Collins salienta que as experiências profissionais e familiares das mulheres negras são moldadas por opressões interseccionais de gênero, de raça e de sexualidade que marca a construção das identidades das mulheres negras.

Deslocando-se para a análise das narrativas autobiográficas de Jurema Batista, ela conta no primeiro capítulo de seu livro, que denomina “Existe alguém atrás de uma história”, que na escola seu pai, José, era chamado de “José Macaco” e que ela, por ser filha de José Macaco, “recebeu o apelido de macaquinha”. Relata que na casa dos patrões da mãe, ela era “a filha da empregada” e no morro onde morava era “a filha de Raimunda e de José Macaco” (BATISTA, 2011, p. 26). No entanto, apesar da recorrência das representações racializadas sobre o negro (a) na escola e em outros espaços sociais da sociedade brasileira, Jurema Batista relata que “nunca aceitou que sua vida fosse uma página em branco a ser preenchida pelos outros, que aprendeu a ler num quartinho de empregada, mas que não se resignou a perpetuar a sina de sua mãe” (BATISTA, 2011: p. 26). Desta forma Jurema contestou os pressupostos das teorias raciais do final do século XIX, que produziram e disseminaram representações do homem branco como o representante da espécie humana e “as demais espécies como animais” e que assim contribuíram para a desumanização do Outro negro (a).

Jurema narra também que rejeitou os padrões de branquitude e de beleza branca usados como formas de controle das mulheres negras. De acordo com Collins, “a valorização dos padrões de beleza branca dominantes – em particular a cor da pele, as características faciais e a textura do cabelo – são exemplo específico de como as imagens de controle depreciam as mulheres negras” (BATISTA, 2011: p. 166). Nesse sentido, a autora salienta, ainda, que, “por mais inteligente, educada ou ‘bonita’ que fosse uma mulher negra, seus traços ou cor da pele mais africanos “as colocam para trás” (BATISTA, 2011: p. 167). No entanto, Collins salienta que escritoras negras estadunidenses mostram que muitas mulheres afro-americanas demonstraram, em suas autonarrativas, que resistiram às imagens de controle e reagiram de diversos modos à maneira como eram representadas e tratadas. Segundo a autora, entender os contornos dessa resistência é “uma tarefa importante do pensamento feminista negro”

(COLLINS, 2019: p. 172). Neste sentido, Jurema Batista narra sua resistência aos padrões dominantes de beleza branca, a partir do momento em que entrou para a universidade e para o bloco afro Agbara Dudu, onde participou como jurada nas noites de beleza negra. Ressalta-se que o ingresso na Universidade e a participação de Jurema em atividades culturais negras contribuíram para a construção de uma identidade negra afirmativa. Jurema Batista relata que, após ingressar no Curso de Letras, passou a assumir padrões de beleza negra, a ponto de declarar “se arrepende de não ter concorrido ao prêmio da mais bela negra”, como se observa a seguir:

Lembra-se de que ao entrar na universidade escondia os cabelos sob uma peruca. Usava roupas combinadas, de maneira similar ao estereótipo veiculado nas revistas. Depois, assumindo uma postura ética e combativa ao racismo, passou a usar tranças e penteados étnicos e percebeu como era bonita. Cabelo ruim que nada! ela pensou. Mudou por dentro e por fora, principalmente depois que começou a frequentar o bloco afro Agbara Dudu, que tinha como presidente Vera Mendes. Todos os anos Jurema participava das noites de beleza negra, às vezes como jurada, em outras como convidada, mas até hoje se arrepende de não ter concorrido ao prêmio da mais bela negra. (BATISTA, 2011: p. 56).

Jurema Batista também questionou os estereótipos sobre a mulher negra forte e sensual. Assim se manifesta: “Outra lembrança é o paradigma que muitas vezes norteou a ideia de que ser mulher negra da comunidade é ser mais forte, não ter fragilidade, ter que trabalhar mais do que as brancas, ter que saber carregar água na cabeça, ter que saber sambar mesmo sem talento, ser presença lúdica e sensual mesmo sem querer” (BATISTA, 2011: p. 47). Desta forma, recusou o discurso de que o negro é mais forte, com uma disposição genética para o trabalho pesado e contrária à noção que justifica a servidão dos negros através de postulados racistas e da genética e que justifica e naturaliza as desigualdades entre brancos e negros, diferenças que não são naturais, mas produzidas na cultura, nos discursos e nas representações racializadas.

A intelectual negra bell hooks (2019), *Em Olhares Negros*, afirma que já no final do século XIX a imagem da mulher negra não era de um ser humano completo, mas de corpos negros erotizados, objetificados, hipersexualizados, sinônimo de disponibilidade e, defende a importância de desafiar e subverter as velhas representações construídas pelo patriarcado machista que mantém a opressão de mulheres negras ao longo da história. Nesta direção, também a historiadora Giovana Xavier (2012) ao discutir estereótipos da mulher negra no

Brasil salientou a recorrência do estereótipo das mulatas “sensuais e voluptuosas”, verdadeiras “flores do pecado” (XAVIER, 2012: p. 76) na sociedade brasileira escravista e pós-abolicionista.

Também emerge nas narrativas de Jurema Batista a construção positiva de sua identidade como mulher negra a partir de sua participação em clubes negros. Ela relembra sua adolescência quando passou a frequentar com sua amiga Rosália, o Clube Renascença, que “suruiu com o objetivo de atender a demanda da classe média negra que se sentia discriminada ao tentar frequentar outros clubes” (BATISTA, 2011: p. 41). Ela recorda “que de lá saiu a primeira Miss Brasil negra, Vera Lúcia Couto” (BATISTA, 2011: p. 41). Vale destacar nesse relato que o associativismo negro e a escolha de uma miss Brasil negra tiveram repercussões positivas na construção identitária de Jurema Batista e provavelmente na autoestima de muitas outras adolescentes negras.

Jurema Batista narra também um episódio que marcou a sua vida e que demonstra a emergência de sua representação como “Jurema Guerreira”. Nesta ocasião, um morador antigo da Comunidade do Andaraí, seu Antônio, foi detido pela polícia por andar na rua sem portar documentos. Jurema, que presenciou o fato, foi cobrar satisfações da polícia e acabou sendo presa. Ela relembra que na delegacia, uma multidão começou a gritar pela sua liberdade representando-a como “Jurema Guerreira”:

Ao chegar à delegacia, Jurema encontrou uma multidão que gritava: “Soltem a Jurema!”. Ao ser solta, ouviu do policial: “Você se safou hoje, neguinha, mas só desta vez”. Foi quando Jurema recebeu o nome de “Jurema Guerreira” – nada mais justo naquele momento, em que se via em todos os cantos do país a disposição das pessoas para acabar com a fase de opressão que já perdurava tanto tempo (BATISTA, 2011: p. 52).

No capítulo V, Jurema narra um episódio de violência racista que chama de “batismo de fogo”, sobre a morte de Laurimar, confundido com um bandido por ser negro. Relata que sua morte foi fundamental para aguçar nela a percepção crítica do racismo e a motivou a ingressar no Movimento Negro. Refere ainda que na faculdade assistiu a um debate com Lélia Gonzalez e Carlos Alberto Medeiros, “foi um divisor de águas em sua vida”:

Foi nesse tempo que começou a ter uma percepção crítica sobre o racismo. Neste processo, entendeu o que significava ser chamada de macaca ou tiziu. Entendeu também o motivo de sua mãe ser empregada doméstica e de os negros terem os piores empregos. Com o método de Paulo Freire, Jurema utilizava suas aulas para que os alunos compreendessem que o aprendizado da escola precisava fazer

sentido para ressignificar a própria vida. A este momento Jurema chama de batismo de fogo (BATISTA, 2011: p. 50)

Suas narrativas autobiográficas revelam também que tanto a literatura quanto o cinema foram fundamentais para ressignificar sua própria vida e cita algumas obras literárias e filmes:

Pele negra, máscaras brancas, de Frantz Fanon, *Casa grande e senzala*, de Gilberto Freire, *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir e *Mutações*, de Liv Ullmann. Ela revela também os filmes que mudaram sua vida, “quando, com os amigos Isaurito e Jussara, começaram a frequentar a estação botafogo, para assistirem os filmes engajados” declara que, data desta época, o início de sua admiração por Spike Lee. *Faça a coisa certa* e *Febre na selva* são seus filmes preferidos (BATISTA, 2011: p. 50).

Ela refere que esta época foi um período fértil, “pois tratava-se da abertura política do país, com a volta dos exilados e um renascimento político e democrático após tanto tempo vivendo sob a ditadura” (BATISTA, 2011: p. 50). Neste sentido, pode-se destacar a atualidade de seu texto no momento em que as conquistas democráticas são questionadas e que atos de repressão militar são reinterpretados como atos patrióticos.

Também as representações sobre a maternidade são recorrentes nas suas escritas. No capítulo VI do seu livro, intitulado “Jurema mãe”, Jurema constrói sua identidade ancorada na maternidade e representa-se como mãe de três filhas, Viviane, Dandara e Nianuí e revela que “os nomes de suas filhas refletem as fases de sua vida” (BATISTA, 2011: p. 67). O nome Viviane foi escolhido por ser semelhante à palavra vida. Já Dandara e Nianuí são referências aos nomes de princesas africanas e associados à sua trajetória na militância negra.

Assim, na direção apontada por Conceição Evaristo (2005) afirma que a maternidade foi frequentemente negada às mulheres negras, como “um perfil delineado apenas para mulheres brancas em geral” (EVARISTO, 2005: p. 53). Evaristo afirma que “se a literatura constrói personagens femininas negras sempre desgarradas de seu núcleo de parentesco, é preciso observar que a família representou para as mulheres negras uma das maiores formas de resistência e de sobrevivência” (EVARISTO, 2005: p. 54).

Ao longo de suas narrativas, Jurema Batista, recorre às referências familiares que lhe ensinaram formas de resistir e sobreviver em uma sociedade racista e excludente. Narra que sua mãe, dona Raimunda, lhe advertia para evitar “que repetisse a sua sina” e que “fosse

empregadinha”, lutando sempre para mantê-la matriculada na escola. Neste sentido, Collins destaca que algumas mulheres negras, embora se comportassem com deferência no trabalho, ensinavam aos seus filhos algo bem diferente, encorajando-os a evitarem o trabalho doméstico. Este foi o caso da mãe de Jurema Batista, Dona Raimunda:

Raimunda nunca permitiu que Jurema fosse empregadinha. Sempre advertida pela mãe, Jurema ouvia a frase: “já para o quarto”. Essa frase era a proteção de Raimunda. Não queria que a filha repetisse sua sina. Jurema partia para o quarto de empregada e lá sonhava com um futuro diferente... Jurema saía do quartinho apenas para ir à escola (BATISTA, 2011: p. 26).

No capítulo II, intitulado “O dia em que o barraco caiu,” Jurema relembra também a tia Adelaide, representada em suas narrativas como “sua fada madrinha”. Ao lembrar-se da tia, Jurema refere-se aos presentes que ela lhe oferecia nos natais que passou ao seu lado e relata que hoje ela cuida de sua neta, mantendo a rede de cuidados femininos na família:

Tia Adelaide, também marcante na minha infância, foi minha fada madrinha. Sempre que se lembra dela, Jurema também se lembra dos presentes, das roupas e de sua presença, que representava tão bem a felicidade. Principalmente nos natais, quando ela era o próprio Papai Noel, distribuindo brinquedos para todas as crianças...Tia Adelaide hoje cuida de Elis – Elis Jurema, netinha de Jurema. (BATISTA, 2011: p. 34).

Collins argumenta que nas famílias afro-americanas, “avós, irmãs, tias e primas atuam como mães de criação, assumindo responsabilidades pelos cuidados dos filhos e filhas de outras mulheres”, gerando assim “redes de cuidados centradas nas mulheres” (COLLINS, 2019: p. 299). Nas escrituras de Jurema Batista, chama atenção o aspecto geracional desta rede familiar de apoio, mantida geração após geração, entre as mulheres negras, particularmente, nos cuidados das suas filhas. Jurema relata os cuidados dispensados pela irmã mais nova, Luciana, à sua filha mais velha, Viviane: “sempre auxiliada pela família, contou com os préstimos da irmã, Luciana, para cuidar da sua filha, Viviane.

Ela reconhece que sem essa ajuda sua vida não seria a mesma e que, como em um ritual de passagem que acontece nas famílias matriarcais, o bastão foi então passado para Luciana, e agora caberia a ela cuidar da prole para que Jurema ganhasse o mundo (BATISTA, 2011: p. 45).

Essa rede de cuidados presente nas famílias negras matriarcais contribuiu para que essas mulheres negras “ganhassem o mundo”. Nesta direção, Jurema Batista narra com muita emoção seu protagonismo como líder comunitária do Morro do Andaraí, com a chegada da luz elétrica, quando os moradores da comunidade passaram a ter um endereço. Assim se manifesta:

Então um projeto político resolveu instalar a luz elétrica no Andaraí. Foi uma festa. Os moradores eufóricos foram chamados para batizar as ruas, pois, com a chegada da luz, passariam a ter endereço. Foi com muita emoção que Jurema viu uma Travessa do Morro do Andaraí ser batizada com o nome de sua mãe, Travessa Raimunda Astrogilda. [...] era a primeira conquista de sua missão. O Andaraí finalmente iluminado! Foi a primeira comunidade do Rio de Janeiro a receber luz elétrica (BATISTA, 2011: p. 61).

Jurema relata também sua luta para a criação de uma creche para atender às mães que precisavam ter os filhos assistidos para poderem trabalhar: “E assim, no governo Marcelo Alencar, depois de três anos de luta, Jurema viu sua segunda conquista: a creche Winnie Mandela, numa homenagem à grande companheira do ativista sul-africano Nelson Moreira. A creche recebeu o nome pomposo de Centro Comunitário Winnie Mandela (BATISTA, 2011: p. 64). O protagonismo de Jurema ressignifica o lugar da mulher negra de comunidade na sociedade carioca e constrói representações positivas sobre as mulheres negras.

Jurema Batista assumiu também a defesa dos direitos de crianças e adolescentes e em 2007 presidiu a FIA (Fundação da Infância e Adolescência), que segundo ela, foi uma experiência desafiadora, por tratar-se de um órgão público que tinha como objetivo discutir temas relacionados ao desaparecimento de crianças e adolescentes vítimas de maus tratos. Assim, Jurema Batista relata essa experiência que viveu nesta fundação:

Outro projeto muito importante foi o convênio assinado com a comissão de direitos humanos da OAB, cuja diretora era a Dra. Margarida Prisburg, para acompanhar casos de desrespeito às crianças e aos adolescentes. Com a Casa de Sara, Jurema aprovou o projeto que apoiava mães jovens grávidas, e tinha como objetivo aumentar a autoestima dessas jovens e ensiná-las e capacitá-las para o pós-parto, deixando claro, tanto do ponto de vista psicológico quanto o profissional, que a gravidez não era o fim de tudo, mas sim um novo começo. (BATISTA, 2011: p. 103-104).

Nas suas narrativas Jurema Batista destaca também suas iniciativas com mães jovens grávidas da comunidade. Seu projeto *Casa de Sara* ensinava essas jovens a importância da autoestima e a necessidade de manterem-se capacitadas profissionalmente, permitindo que após o parto permanecessem no mercado de trabalho.

Destaca-se, ainda, nas suas narrativas a construção de autodefinições positivas, particularmente, quando afirma que “nunca se viu assim, e que não aceitou um papel pronto para si nem para os outros” (BATISTA, 2011: p. 47), pois sempre acreditou que cada um pode traçar sua própria história e “pode fazer o que se quiser desde que se tenha um sonho” (p. 48).

Nesta direção, Gládis Kaercher (KAERCHER, 2010: p. 89), em seu estudo das pedagogias da racialização, afirma que “a identidade racial se constrói através de negociações, experiências de vida, desejos e escolhas. É um terreno que não pode ser pré-determinado ou demarcado”. Segundo a autora, dessa forma, implementa-se um espaço do imponderável, onde os sujeitos tecem suas negociações e ocupam posições segundo suas escolhas pessoais.

3. Considerações Finais

O objetivo central desse texto foi analisar e problematizar as representações mais recorrentes sobre raça e gênero nas narrativas autobiográficas de Jurema Batista e salientar ainda a importância da contestação às representações racializadas para a construção de identidades negras positivas e afirmativas entre mulheres negras de comunidade.

Nos excertos aqui analisados, salienta-se em primeiro lugar, que as representações de gênero e de raça que se entrecruzam nas narrativas autobiográficas de Jurema Batista revelam opressões interseccionais de gênero e de raça na construção das identidades das mulheres negras de comunidades no Brasil.

De outro lado, suas escritas demonstram uma contínua rejeição e contestação das representações racializadas e um protagonismo e comprometimento social e político com as necessidades das mulheres negras e da comunidade do Andaraí. Ao longo das escritas de Jurema Batista observa-se que essa mulher negra de comunidade através de suas narrativas contestou e subverteu representações estereotipadas de gênero e de raça.

Uma das formas de contestação das representações racializadas nas narrativas de Jurema Batista é reversão e substituição da representação da mulher negra como “servil” e “sensual”, pela da mulher negra protagonista da sua própria história, também, a substituição da Branquitude pela valorização do seu corpo negro, incorporando padrões de beleza negra. Assim, suas narrativas autobiográficas são, como já assinalaram outros estudos, afirmações de resistência mulheres negras, espaços de construção de identidades negras positivas que

contribuem sobremaneira para melhor entender as lutas e as redes de sociabilidade tecidas entre as mulheres negras de comunidade no Brasil. Pode-se afirmar também que foram as redes de cuidados e de solidariedades familiares e das mulheres negras da comunidade que estimularam a mulher negra Jurema Batista a “ganhar o mundo”.

Referências

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte, Letramento, 2017.

BATISTA, Jurema; RIBEIRO, Miria. *Sem passar pela vida em branco: memórias de uma guerreira*. Rio de Janeiro: Pallas, 2011.

COELHO, Ana Amélia. *Lendo e escrevendo o pacto autobiográfico de Philippe Lejeune*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012, p. 44-55.

COLLINS, Patrícia Hill. *Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais*. (Org.) HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Rio de Janeiro. Bazar do Tempo, 2019.

EVARISTO, Conceição. Da representação à auto-apresentação da mulher negra na literatura brasileira. *Revista Palmares*. Ministério da Cultura.V.1, n. 1, p. 51-54, ago./ nov., 2005.

_____. Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento de minha escrita. IN ALEXANDRE, Marcos Antônio. *Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces* / Marcos Antônio Alexandre (org.). Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

_____. Conceição. *Becos da memória*. Rio de Janeiro. Pallas. p.09-12; 2017

GOUVÊA, Maria Cristina Soares. *Imagens do negro na literatura infantil brasileira: análise historiográfica*. Educ. e Pesq. vol.31 nº.1 São Paulo Jan./Mar. 2005. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022005000100006> Acesso em: 31 de maio de 2020.

HALL, Stuart. *Quem precisa de identidade?* (Org.) SILVA, Tomaz Tadeu da. In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____, Stuart. A questão multicultural. In: SOVIK, Liv (Org). *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

HOOKS, Bell. *Olhares negros: raça e representação*. São Paulo: Elefante, 2019.

KAERCHER. G.E.P.S. Pedagogias da racialização ou dos modos como se aprende a “ter” raça e/ou cor. In: Maria Isabel Edelweiss Bujes; Iara Tatiana Bonin (Org.) *Pedagogias sem fronteiras*. Canoas, Ed. ULBRA, 2010, v. p. 85-91.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rosseau à Internet*. (Org.) Jovita Maria Noronha; tradução Jovita Maria Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 2001.

LOURO, G. L. (2007). Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. *Educação em Revista*, 46, 201-218.

MEYER, Dagmar E. Etnia, raça e nação: o currículo e a construção de fronteiras e posições sociais. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). *O currículo nos limiares do contemporâneo*. Rio de Janeiro, RJ: DP&A. 2001. p. 69-84.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos; NOGUEIRA, Martha Maria Brito. Mulher negra: interseccionando gênero, raça, classe, cultura e educação. *Revista UNEB*. v. 25, n.45, p. 89-99, jan./abr. 2016.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

_____. Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018 p. 44 - 53.

RIOS, Flavia. RATTS, Alex. *A Perspectiva Interseccional de Lélia Gonzalez*. Disponível em: <<https://estudosetnicosraciais.files.wordpress.com/2018/04/264872160-a-perspectiva-interseccional-de-lelia-gonzalez.pdf>>. Acesso em: 31 de maio de 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org). Stuart Hall, Kathryn Woodward. *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, Vozes, 2000, p. 73-110.

XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flavio (Org.) *Mulheres negras no Brasil escravista e pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012.

ZUBARAN, M.A; WORTMANN, M.L.; KIRCHOF, E.R. *Stuart Hall e as questões étnico-raciais no Brasil: cultura, representações e identidades*. Disponível em <<https://revistas.pucrs.br/index.php/revph/article/viewFile/25714/20809>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2019.

* * *

Maria Angélica Zubaran: Doutorado e Mestrado em História pela State University of New York (SUNY at Stony Brook, 1998) e graduação em História na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Recipiente de Bolsa Recém-Doutor da FAPERGS (1999). Realizou estudos de Pós-doutorado (bolsa Capes) em Literatura de Viagem, no Birkbeck College, Londres (2004-2005). Desde 1999 é professora Adjunta da Universidade Luterana do Brasil, atuando na Graduação em História e no Mestrado e Doutorado em Educação. Tem experiência de

docência nos diferentes níveis de ensino (Fundamental, Médio, Superior e Pós-Graduação). Orienta no Mestrado e Doutorado em Educação, na Linha de Pesquisa Pedagogias e Políticas da Diferença. Foi coordenadora do Curso de História da Ulbra (1999-2001) e Diretora do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo (2010-2013).

Denise Bock de Andrade: Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Luterana do Brasil ULBRA (2020), na área de Pedagogias e Políticas da Diferença; desenvolveu pesquisa na área de representações identitárias, protagonismos de mulheres negras e narrativas autobiográficas com ênfase nos Estudos Culturais e Educação. É licenciada em Letras Português e Respectivas Literaturas pela Universidade Luterana do Brasil - ULBRA (2015). Atualmente é professora contratada da Rede Estadual de Ensino Do Rio Grande do Sul, atuando no Ensino Fundamental/Anos Finais.

Artigo recebido para publicação em: 07 de setembro de 2020.

Artigo aprovado para publicação em: 29 de novembro de 2020.

Como citar:

ZUBARAN, Maria Angélica; ANDRADE, Denise Bock de. As escrituras de Jurema Batista: protagonismo e interseccionalidade de gênero e raça. *Revista Transversos*. Dossiê: O protagonismo das mulheres negras na escrita da História dos Brasis. Rio de Janeiro, n.º. 20, 2020. pp. 32-48. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2020.54293.

